

#### ATA SUMÁRIA REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONCIDADE NATAL DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

#### **PAUTA:**

1

2

3

5

6

7

8

9

10

11

12

13

1415

16

17

18

19 20

21 22

23

24

- a) Informes gerais;
- b) Aprovação das atas referente aos dias 29 de agosto e 26 de setembro de 2016;
- c) Apresentação do novo Projeto de Lei Complementar referente ao Parque Tecnológico, apreciação do seu relato e votação do parecer.

Aos catorze dias do mês de outubro aconteceu a sexta reunião extraordinária do Concidade Natal do ano de 2016, no auditório da SEMAD, localizado na Rua Santo Antônio, 665, Cidade Alta. A reunião teve início às 9h45 da manhã, em 2ª chamada e foi presidida pelo Sr. Albert Josuá Neto, vice-presidente, contando com a presença dos conselheiros: Ana Adalgisa Dias Paulino (FIERN); Cristiane Ribeiro Dantas (SEL); Justina Iva de Araújo (SME) Marcelo Caetano Rosado Maia Batista (SEMURB); Márcia Aparecida Sousa da Silva (SEMPLA); Maria de Fátima Abrantes (SEMPLA); Maria Florésia Pessoa de Souza e Silva (SEMURB); Ricardo José B. de Melo Loureiro Amorim (PGM) e Ruth Maria da Costa Ataide - UFRN. Além dos conselheiros estiveram presentes os senhores e senhoras: Carlos Alexandre Varella Duarte (SEMPLA) e Gustavo Fernandes Rosado Coelho (UFRN), e Irani Santos (SEMPLA). O Sr. Josuá Neto abriu a reunião dando as boas vindas aos poucos presentes e apresentou a pauta da reunião com os seguintes pontos: a) Informes gerais; b) Aprovação das atas referente aos dias 29 de agosto e 26 de setembro de 2016; c) Apresentação do novo Projeto de Lei Complementar referente ao Parque Tecnológico, apreciação do seu relato e votação do parecer. O vice-presidente, Josuá Neto inicia a reunião as 9h41min e explica que esta é uma reunião atípica porque nela haverá apresentação, relato e votação de um processo. Ele diz que já houveram duas apresentações, neste conselho sobre o Parque Tecnológico de Natal, uma primeira no auditório do CREA, no dia 02 de maio de 2016 e outra no dia 26 de setembro de 2016, quando o processo foi distribuído para relatoria. Alexandre explica que o processo que depois daquela primeira apresentação no Concidade, o processo seguiu para a Câmara Municipal e voltou com a recomendação de passar pelo Concidade. Neto lembra que a tentativa de apresentar esse material novo, depois de todo processo de ida à Câmara e retorno à SEMPLA e



25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36 37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55 56

57

COMCIT, aconteceu na reunião passada, dia 26 de setembro, quando o quórum desde conselho era mínimo, tendo sido necessário cancelá-la. Neto segue apresentando os informes: 1) Política de Regularização Fundiária – sobre este ponto ele diz que já possui um projeto de lei que já foi analisado e em breve chegará ao Concidade; 2) A Política de Saneamento Básico de Natal - sobre essa questão, diz que o material produzido (política e plano) seguiram um trâmite bem esmiuçado no COMSAB e precisa passar pelo Concidade. Na sequência Josuá Neto coloca as atas dos dias 29 de agosto e 26 de setembro para aprovação as quais são aprovadas por unanimidade e passa a palavra para Alexandre Varela da SEMPLA para o próximo ponto de pauta, o relato do novo processo referente ao Parque Tecnológico. Ele fala da situação atual de Natal, descrevendo várias instituições que estão ano a ano lançando no mercado muitos profissionais da área de TI. Ele diz que esse mercado tem que ter condições para operar e Natal está perdendo os profissionais que tem formado por falta de uma política voltada a este segmento. Ele lembra a questão de desemprego e diz que, nesse sentido, uma atitude foi cobrada da sociedade, daí nasce uma proposta para se ofertar um bom mercado para estes profissionais que estão sendo formados aqui. Ele exemplifica com o caso do município de Florianópolis que arrecada hoje mais com softwares que com o ISS da Cidade. Ele vê que isso é uma grande oportunidade e explica o que aconteceu no primeiro projeto que foi feito, o problema da territoriedade. Segundo Alexandre, na audiência pública na Câmara a indicação é que deveríamos resolver esse problema e essa casa solicitou ainda um detalhamento sobre os impactos dessa política de incentivos fiscais na lógica da responsabilidade fiscal. Então a Câmara pediu que essas questões fossem vistas. Assim, a SEMPLA chegou a conclusão de que o texto deveria ser modificado, excluindo a questão da terrritoriedade. Ele explica a questão da intensão da territoriedade que intencionava gerar uma sinergia dos profissionais locados numa mesma área. Depois de reformulado, submeteram este trabalho ao COMCIT que, após aprovado remeteram para o Concidade com o ofício, os dois projetos de lei para avaliação e a ata da reunião. A palavra é então passada a relatora do Projeto, a conselheira Ana Adalgisa Dias Paulino. Ela relata que sentiu a falta do processo físico e lembra que ele não veio da SEMPLA para o Conselho, mas que mesmo assim procedeu a análise sobre os dois projetos (o antigo e o novo) e a ata do COMCIT. Ana explica que havia a delimitação de área em torno do campus universitário no projeto antigo e que esta redação foi modificada. Ela faz a leitura de seu



58 59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70 71

72 73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

parecer e conclui com a seguinte colocação: Diante do que foi exposto, e considerando os documentos analisado, sua avaliação é favorável ao prosseguimento do Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a empresas e a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) com atuação na área do conhecimento de Tecnologia da Informação, integrantes de Parque Tecnológico, localizadas no Município de Natal, e dá outras providências". Neto abre para esclarecimentos e discussão. Com a palavra, a conselheira Ruth Ataíde parabeniza Ana e agradece por ter atendido a esse pleito e o empenho nesses 15 dias. Ruth tem uma observação que não trata diretamente do parecer. Ela observa que a apresentação de Alexandre foi verbal e que a preocupação dela é sobre o processo físico que não está no Concidade. Ela diz que pela falta do processo no Concidade podem surgir lacunas em nível de Câmara Municipal. A conselheira Ruth explicou que a relatora não tendo acesso ao processo físico também não conheceu o parecer da Câmara dos vereadores que devolveu o processo e, consequentemente os argumentos que o fundamentaram. Mesmo assim sugere que o projeto seja apreciada pelo conselho e que dê o aval para a sua aprovação e que, posteriormente o parecer seja ajustado, adicionando os conteúdos das etapas referidas. Ana pergunta se os conselheiros concordam com o encaminhamento da votação, sendo possível a ela receber o processo e acrescentar o que falta no histórico do seu relato. Os conselheiros concordam em votar e Neto abre a votação, na qual o processo é aprovado por unanimidade. A secretária executiva do COMCIT, presente na reunião, explica que no COMCIT acontece diferentemente o trâmite e que em nenhum momento houve um entendimento de que era necessário vir o processo físico para o Conselho. Laise agradece em nome do COMCIT o trabalho que veio a enriquecer o processo e se coloca em disposição para que esta troca seja mais afinada. Não tendo mais nada a ser declarado, Josuá Neto encerra a reunião lembrando que a próxima será ordinária no dia 31 de outubro. Ele agradece a presença de todos e dá por encerrada esta reunião às 12h.

Conselheiros titulares e suplentes presentes	
Albert Josuá Neto – SEHARPE	
Ana Adalgisa Dias Paulino (FIERN)	
Cristiane Ribeiro Dantas (SEL)	
Justina Iva de Araújo (SME)	



Albert Josuá Neto Vice-presidente do Concidade Natal	Juliana Rocha de Azevedo da Costa Secretária Executiva do Concidade Natal
Ruth Maria da Costa Ataide - UFRN	
Ricardo José Bezerra de Mello Loureiro Amorim - PGM	
Maria Florésia Pessoa Souza e Silva (SEMURB);	
Maria de Fátima Abrantes (SEMPLA);	
Márcia Aparecida Sousa da Silva (SEMPLA);	
Marcelo Caetano Rosado Maia Batista (SEMURB);	